

Do consenso à adequação: como a Fundação Lemann se infiltrou na educação brasileira

Del consenso a la adecuación: cómo la Fundación Lemann se infiltró en la educación brasileña

From consensus to adequacy: how the Lemann Foundation infiltrated brazilian education

Everton Santos Lima

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
tomlimacontact@gmail.com

Ana Clara Granada Lougon

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
anaclaraglougon@gmail.com

Sabrina Guimarães Reis

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Xinguara, PA, Brasil
sabrina.reis@unifesspa.edu.br

Resumo

Nos últimos 10 anos percebemos uma série de modificações profundas nos desígnios da educação brasileira e os objetivos que ela pretende alcançar. O avanço dos atores privados e seus interesses ficou mais evidente, mas a estratégia utilizada para isso pode ser silenciosa. Entre a construção da BNCC e a homologação do NEM temos abordagens difusas com objetivos parecidos. O presente trabalho busca tecer uma análise sobre os processos de avanço das fundações privadas na educação pública e como a filantropia tem um papel fundamental nisso, em especial a ideia de filantropocapitalismo. O investimento pesado da Fundação Lemann e seus parceiros na construção da BNCC se difere do método de implementação impopular relacionado a materialização do NEM, sobre tal dualidade investigaremos a ideia de construção de consenso, hegemonia e a adequação das fundações privadas aos mecanismos do NEM, após o mesmo ser decantado sobre o tecido da educação pública brasileira.

Palavras-chave: BNCC; filantropocapitalismo; consenso por filantropia; educação.

Resumen

En los últimos 10 años, hemos presenciado una serie de profundos cambios en el diseño de la educación brasileña y los objetivos que persigue. El avance de los actores privados y sus intereses se ha hecho más evidente, pero la estrategia empleada puede ser discreta. Entre la construcción del BNCC (Currículo Básico Nacional Común) y la aprobación del NEM (Maestría Nacional en Educación), encontramos enfoques diversos con objetivos similares. Este trabajo busca analizar los procesos de avance de las fundaciones privadas en la educación pública y cómo la filantropía juega un papel fundamental en ello, especialmente la idea del filantropocapitalismo. La fuerte inversión de la Fundación Lemann y sus socios en la construcción del BNCC difiere del método de implementación poco popular relacionado con la materialización del NEM. En relación con esta dualidad, investigaremos la idea de la construcción de consenso, la hegemonía y la adaptación de las fundaciones privadas a los mecanismos del NEM, una vez incorporado al tejido de la educación pública brasileña.

Palabras clave: BNCC; filantropocapitalismo; consenso sobre filantropía; educación.

Abstract

Over the past 10 years, we have seen a series of profound changes in the designs of Brazilian education and the objectives it seeks to achieve. The advancement of private actors and their interests has become more evident, but the strategy used to achieve this can be muted. Between the development of the BNCC and the approval of the NEM, we have seen diffuse approaches with similar objectives. This work seeks to analyze the processes of private foundations' advancement in public education and how philanthropy plays a fundamental role in this, especially the idea of philanthrocapitalism. The heavy investment of the Lemann Foundation and its partners in the development of the BNCC differs from the unpopular implementation method associated with the implementation of the NEM. With this dual approach, we will investigate the idea of consensus-building, hegemony, and the adaptation of private foundations to the NEM mechanisms, after it has been decanted into the fabric of Brazilian public education.

Keywords: BNCC; philanthrocapitalism; consensus for philanthropy; education.

Introdução

O presente trabalho busca discutir alguns dos processos que ocorreram durante a construção do documento da Base Nacional Comum Curricular brasileira (BNCC) e vislumbrar a presença constante de atores interessados na mudança de direção da educação nacional. Esses atores se organizam sobre a tutela da Fundação Lemann que, desde 2011, quando reestrutura sua forma de atuação, tem se voltado para o âmbito educacional. Também buscamos cotejar a diferença de forma do avanço dos interesses privados durante a costura da BNCC e do Novo Ensino Médio (NEM).

Partindo de tal ponto de ancoragem, notamos uma diferença de *modus operandi* na construção da BNCC e do NEM. A primeira se dá sobre o que identificamos como consenso por filantropia e, a segunda, é implementada de forma mais truculenta, por uma medida provisória. Porém, ambas fazem parte de uma reforma maior que busca reestruturar as bases e seguridades do mundo do trabalho no Brasil e, conseqüentemente, isso passa por mudanças no âmbito educacional.

A construção do consenso por filantropia (Tarlau e Moeler, 2020) é um aparato diretamente relacionado com o que podemos chamar de filantropocapitalismo - a utilização da filantropia com técnica de investimento de mercado camuflado (Mc Goey, Thiel e West, 2018). Também nos valem da noção de consenso por filantropia para entender como ela age no fortalecimento dos interesses hegemônicos através associação entre Estado e capital (Poulantzas, 1971; Alves, 2010).

Para a investigação proposta nesse trabalho nos valem da revisão bibliográfica de tema, do acompanhamento de documentos educacionais reformadores nesta temporalidade (da entrada da Fundação Lemann no meio educacional até o soerguimento do NEM) e do vislumbre das discussões que foram soterradas na construção do consenso, consenso esse que tratorou diversas críticas de professores e profissionais da educação que se preocupavam com o rumo e os interesses das fundações privadas sobre a educação pública.

Atualmente, tendo a reforma do Novo Ensino Médio sido figurada como realidade, os avanços da Fundação Lemann e seus parceiros se faz registrado de forma mais clara. Compreende-se, portanto, que a desconfiança com a falta de apoio da opinião pública já fora dissolvida e seus esforços estão direcionados para essa nova etapa também. O trabalho tem por objetivo evidenciar essa atuação e como ela representa a chegada e fixação de interesses privados nas ambiências da educação pública brasileira, não apenas pela mera privatização desses espaços, mas por se legitimar como ator ligado diretamente a orquestração das reformas e mudanças na educação básica.

O jeito Lemann de convencer: os mecanismos da construção de consenso

Devemos particionar nossa análise em segmentos que constituem uma melhor compreensão do que se pretende abordar na presente discussão. Para isso, se faz necessária a abordagem de certos conceitos e perspectivas de operação do metabolismo socioeconômico vigente do capital e suas formas de atuação na educação brasileira nos últimos anos. Para tatear esses processos iremos nos valer dos conceitos de hegemonia (Gramsci, 1978a; Gramsci, 1978b; Gramsci, 2002), luta de classes, consenso por filantropia (Tarlau e Moeller, 2020), materialismo-histórico (Siqueira e Pereira, 2019) e o filantropocapitalismo e suas formas (McGoey, Thiel e West, 2018).

As grandes modificações na estrutura da educação brasileira passam por reformas estruturadas em momentos turbulentos da política institucional do país. A BNCC teve, em seu evento de aprovação em 15 de dezembro de 2017, falas contundentes do então ministro da educação, Mendonça Filho, e da secretária-

executiva do Ministério da Educação (MEC), Maria Helena Guimarães de Castro. Na fala de Maria Helena, ela pontua que são “as escolas, as redes de ensino e os professores os grandes protagonistas da implementação” do documento (Brasil, 2017). Porém, a fala da secretária-executiva ocultava um importante ator desse processo, que estaria camuflado na execução e implementação da BNCC, mas foi fundamental na criação e promoção do documento: A Fundação Lemann.

A Fundação Lemann foi criada em 2002, por Jorge Paulo Lemann, um empresário suíço-brasileiro e economista formado em Harvard, que começou a carreira de financista durante o governo militar de Ernesto Geisel, onde recebeu autorização para transformar sua corretora em banco, o banco Garantia, em 1976. Seu patrimônio cresceu de forma vertiginosa à época, porém com acusações e multas por fraude cambial e operações irregulares no exterior (Fraga, 2003). Em 1989, ele comprou a Brahma, marca tradicional de cerveja, e fundou a AMBEV ao fundir-se com a Antártica, outra marca de cerveja. Em 2004, Lemann e seus sócios conseguem a fusão com a Interbrew, cervejaria belga, e fundam a InBev, que em 2008 adquire a Anheuser-Busch, fabricante da Budweiser, e batizam o conglomerado global de AB InBev. Lemann ainda é, através da 3G Capital, uma empresa de *private equity*, dono da rede de *fastfoods* Popeyes e da *Restaurant Brands International*, além de investidor da rede de cafeterias Tim Horton's e investidor dos fundos da Innova Capital e da Gera Venture Capital, sendo a primeira investidora da Movic, a detentora de operações do iFood, e a segunda com enfoque na educação (Infomoney, 2022; Prado, 2022). Através da 3G Capital, ele também controla as Lojas Americanas, Submarino, B2W Digital, Kraft Heinz, Burger King e o fundo GP *Investments* (Partisano, 2021). Porém, a nível de curiosidade, também vale citar que Lemann e seus sócios mais próximos, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Hermann Telles, ficaram ainda mais ricos após a fraude de 40 bilhões de reais das Lojas Americanas, empresa a qual são donos. (Konchisnski, 2024).

O terceiro homem mais rico do Brasil, hoje, tem uma fortuna avaliada em 17 bilhões de dólares e é o 117º mais rico do mundo (Farias, 2025). Porém, ele já ocupou, respectivamente, a primeira e a vigésima-quinta posição. Mas, por quais razões sua biografia de investimentos se torna tão importante para nossa discussão? A pergunta se erige ao visualizarmos a pressão exercida pela Fundação Lemann durante a

construção do documento da BNCC, seu financiamento direto e indireto ao processo de elaboração da base curricular e de seus idealizadores e, mais recentemente, como ela direciona forças aos implementos circundantes ao NEM.

Começamos nossa investigação com o desbastamento da ideia de filantropocapitalismo. No livreto intitulado “Guia voltado à filantropia estratégica: fazer o bem, bem”, publicado pelo LGT Private Banking, junto à *Philanthropy Insight* (2023), na folha de rosto, apresenta-se a seguinte citação: “Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e comprometidos não pode mudar o mundo: isto é de fato a única coisa que pode mudar.”, frase atribuída a Margaret Mead, antropóloga estadunidense que se debruçou sobre os estudos dos povos da Oceania.

Quando olhamos a citação presente no livreto da LGT Private Banking, entendemos que o contexto ao qual eles empregam sua significação é a de que, os bilionários engajados em algum tema são capazes de rever aquela situação. Porém, assim como isso pode ser entendido como um chamado de engajamento dos super ricos em questões como fome, analfabetismo, desigualdade e desenvolvimento sustentável, também pode ser entendido em como eles podem se aproveitar de vulnerabilidades de um sistema, para reestruturá-lo a sua imagem e semelhança.

Compreendemos aqui que o método adotado pela fundação se associa às técnicas e apetrechos ancorados nos conceitos de filantropia estratégica e filantropia de risco, porém, também devemos tecer olhares sobre como se organizam essas formas de filantropia. No caso da Fundação Lemann, o financiamento ocorre de forma a minimizar a percepção de sua presença nos espaços de tomada de decisão, sendo que, na verdade, boa parte dos atores responsáveis por tais decisões possuem certa relação ou são influenciados pela Fundação. Sobre esse processo de utilização da filantropia, atrelada aos interesses de mercado que tenta camuflar sua cadeia de atuação, McGoey, Thiel e West (2018) classificam como “filantropocapitalismo”.

A filantropia serviu de forma muito objetiva, durante o século XX, e até mesmo antes, para suavizar a imagem pública dos grandes capitalistas, em especial nos Estados Unidos. Mediante investimentos em áreas deficitárias de atuação do Estado, esses sujeitos buscavam que a opinião pública e a mídia construíssem lendas de grandes barões do petróleo e do aço que queriam, acima de tudo, uma sociedade mais desenvolvida e iluminada. Porém, esse verniz fazia com que as ações de suas

empresas e companhias ficassem mais turvas a críticas. Como culpabilizar pelos males do capital a mesma figura que incentiva a construção de escolas que diminuem os índices de analfabetismo em regiões vulnerabilizadas? Em termos mais claros, o dinheiro da filantropia lavava a imagem do capitalismo e seu espírito predatório. Para McGoey, Thiel e West (2018), a filantropia contemporânea, ou filantrocapitalismo, serve para desvincular a imagem do capitalista à estereótipos históricos aos quais ele é atrelado (vampiro, parasita, zumbi, monstro), criando oportunidades que o apresentem como benevolente e altruísta. Não é muito diferente do que era feito em períodos anteriores, contudo, ela se difere no fato que o ato da filantropia, também é parte do investimento de capitais realizado por esses indivíduos e suas corporações.

O filantrocapitalista contemporâneo não é um vampiro ou um zumbi economicista, mas, na verdade, uma figura sorridente e benevolente que aparenta estar enraizada no poder da “harmonia ideológica” que reivindica a reconciliação entre o ato de tomar com o ato de dar (McGoey, Thiel e West, 2018, p. 110). [Tradução nossa]

O filantrocapitalismo serve para “performar uma epistemológica e moralizante função que reveste o dano corporativo em menos aparente ao público” (McGoey, Thiel e West, 2018, p. 109). Compreendemos, portanto, que, tanto a filantropia de risco (a utilização de métodos de variação de investimento presentes nas relações das bolsas de valores e mercados de ações), quanto a filantropia estratégica (injeção de fundos financeiros, via filantropia, em áreas referentes aos interesses das empresas cujas doações são a origem) são mecanismos que operam internamente ao filantrocapitalismo. Silva e Oliven (2020) apontam que, após a crise financeira mundial de 2008, existe um renascimento da filantropia, onde o ato de doar é parte do comportamento necessário do “criador de riqueza” no século XXI. Assim existem novos mecanismos capazes de melhorar a sociedade ao mesmo tempo em que permitem aos filantropos-investidores continuar angariando lucros (Bishop e Green, 2008). A capacidade desses atores mobilizar tais forças está diretamente relacionada a sua possibilidade de se fazer presente nas superestruturas jurídico-políticas do capitalismo.

A Fundação Lemann, após o seu surgimento em 2002, sofreu uma reestruturação em 2011. Nessa reestruturação, dois fatores estavam no centro do processo: 1) Em 2010, o patrimônio líquido do magnata saltou de 5,3 bilhões de

dólares para 11,5 bilhões de dólares; 2) Ele colocou Denis Mizne, fundador e diretor do Instituto Sou da Paz, Organização Não Governamental (ONG) focada na segurança pública, na direção de sua Fundação. O primeiro fator permitiu que os valores injetados na fundação fossem catapultados e o segundo mudou a sua posição de atuação. Mizne defende que o método de atuação seja voltado para as políticas públicas, pois assim seria possível o crescimento de influência do terceiro setor. Nessa fase, a fundação saltou de 12 para 60 funcionários e os aportes financeiros aumentaram vertiginosamente. Essa reestruturação da Fundação Lemann se baseia em uma estratégia de quatro eixos: 1) Investimento em inovação para causar mudanças em escala; 2) Criar e executar programas de melhoria da gestão educacional e da eficácia docente; 3) Realizar, financiar, divulgar e debater pesquisas educacionais; 4) Investir na formação de talentos com direcionamento na área educacional (Tarlau e Moeller, 2020).

O segundo e o quarto eixo da estratégia de mudança da fundação são especialmente importantes, pois neles estão o germe para a criação de mecanismos de avaliação e ranqueização docente e, quanto à formação de talentos, temos um adendo a ser colocado na discussão. Junto à Fundação Lemann, também existe a Fundação Estudar, outro investimento de Jorge Paulo Lemann. Na Fundação Estudar, existe o programa de bolsas Líderes Estudar, onde jovens, entre 16 e 34 anos, recebem bolsas de estudos para adquirir conhecimentos em universidades estadunidenses e retornarem ao país para atuar, inicialmente, nas empresas de Lemann e seus sócios e, posteriormente, em espaços estratégicos públicos e privados do país. Dentre os nomes que se valeram de tais bolsas estão Carlos Brito, ex-CEO da AMBEV, Claudia Massei, CEO da Siemens e Tabata Amaral, deputada federal que se apresenta como tendo a educação como foco de seus interesses. Por mais que a deputada tenha postado em suas redes sociais que não conhecia o trabalho da Fundação Lemann e Fundação Estudar antes de sua graduação, a própria Fundação Estudar utilizava sua imagem para promover o programa (Fundação Estudar, 2018; Exame, 2025).

Se a Fundação Lemann se reestrutura em 2011, é em 2015 que ela tem uma guinada na importância de suas ações nas políticas educacionais brasileiras. Contudo, antes disso, em 2012, eles modificaram sua área de atuação de “pesquisa” para

“políticas públicas” e, em 2013, eles passaram a investir na criação de um movimento nacional para pressionar o processo de criação da BNCC, o Movimento Pela Base. As discussões por uma base curricular já estavam presentes no seio da fundação antes da chegada de Mizne, mas a sua reestruturação e fortalecimento deram condições melhores para isso ocorrer. O Movimento Pela Base começou a dar forma a esse interesse e, por fim, o Plano Nacional de Educação de 2014 deixou o resto do cenário completo.

Antes de adentrarmos nas atividades da Fundação, do Movimento Pela Base e de seus representantes pós-PNE 2014, precisamos compreender as formas utilizadas nessa guinada de atuação que os coloca numa posição privilegiada dentro dos ambientes de tomada de decisão a respeito da educação brasileira. Para isso, debruçaremos sobre o conceito de hegemonia.

O conceito nasce do ventre da social-democracia alemã, mas tem sua ascensão sob a caneta de Antonio Gramsci. Ele é responsável por demonstrar que as relações intrínsecas entre superestrutura e infraestrutura da sociedade capitalista não são norteadas por determinismos tacanhos. Em sua análise, a sociedade civil ganha uma centralidade no processo das legitimações sociais e, concomitantemente, os mecanismos de construção do consenso sobre a opinião pública, também se tornam mais poderosos. A contenção do radicalismo jacobino, guiado pela guilhotina acionada por Robespierre, na França, institui a hegemonia civil. Complexificam-se as superestruturas que comandam as sociedades modernas com o espírito iluminista e, depois da turbulência política na França, o peso de tais superestruturas aumenta. A burguesia troca as baionetas revolucionárias pela política institucional dos partidos de massa (Alves, 2010).

A capacidade de uma classe dominante introjetar seus interesses, valores, perspectivas e tendências sobre a massa daqueles que não a ela pertencem, mas por ela são subalternizados é o que definimos como hegemonia. Para Poulantzas (1971, p.151) a hegemonia “deverá, não só constituir a unidade das classes dominantes a partir do isolamento da sua luta econômica, mas constituir também seus interesses propriamente políticos como representativo do interesse geral do povo”. Ela não é adquirida apenas pelas baionetas, mas também pelos mecanismos de ideologia. Ideologia essa que age como forma de moldagem dos interesses hegemônicos na

nossa sociedade (Althusser, 2022; Zizek, 2007). A crença de que as superestruturas possuem um caráter de neutralidade ou comunhão se ancora na formação da hegemonia. A estrutura, que se finca sobre as relações produtivas de uma sociedade e seus fenômenos, é claramente dominada pela esfera burguesa da sociedade, assim existe o amoldamento da superestrutura à sua imagem e semelhança. A igreja, a política institucional, os apetrechos ideológicos, os aspectos da cultura, etc. são as formas da dominação superestrutural que se desprendem do puro plano econômico e se metamorfoseiam para capilarizar os interesses da classe dominante (Alves, 2010; Althusser, 2022).

Definida a perspectiva da hegemonia e como ela se calcifica na sociedade capitalista, é possível tatear o fundo teórico do consenso por filantropia. Quando instituições privadas injetam dinheiro na educação básica para estar no centro de tomada de decisões da educação pública é algo completamente suspeito, mas quando, através da filantropia, ou filantrocapitalismo, esses aportes financeiros são dissolvidos em uma série de camadas e escalas de atuação a ponto que pareçam interesses legítimos e comprometidos com o interesse comum essa suspeição se dissolve. A ideologia é descrita por Zizek (2007) não como a perspectiva de mundo com a qual objetivamos modificá-lo, mas o conjunto de símbolos, discursos, narrativas, paisagens, etc., que nos rodeiam do nascimento à morte e identificam os interesses da classe dominante sendo transmitidos às classes dominadas. Quando esse conjunto de apetrechos que operam a ideologia dominante agem no falseamento ou na ocultação dos objetivos da classe dominante da sociedade para criar o consenso, nada mais é que a força de suas superestruturas sendo testadas e implementadas.

Para enxergar a diferença de impacto entre a construção de consenso, com direção a fixação da hegemonia e a implementação de medidas radicais e que não respeitam o peso da opinião da sociedade civil, comparemos os impactos e reverberações das duas principais reformas educacionais brasileiras recentes, a BNCC e o NEM. A BNCC passou por um processo de construção de consenso de, pelo menos 3 anos, entre o PNE e a homologação no governo de Michel Temer. No mesmo governo de Temer, mas sobre uma Medida Provisória (MP), existe a implementação da reforma do Ensino Médio. A reforma do NEM se tornou impopular quase que automaticamente, levantando protestos capitaneados pelas críticas de

professores universitários, sindicatos, estudantes e profissionais da educação. Fica evidente que, tornar uma ideia consenso é muito mais poderoso que apenas executar uma mudança quanto se tem meios para tal. Tarlau e Moeller (2020) descrevem que, quando o NEM se tornou a pauta pública central da educação, a BNCC já havia se tornado uma faticidade com contornos de inevitabilidade.

A atuação da Fundação Lemann na educação básica brasileira não configura exatamente um processo de privatização aos moldes dos ocorridos nos anos 1980 e 1990. O objetivo da instituição não é apenas a aquisição e lucro direto sobre alguns espaços da educação nacional, seu objetivo é estar presente nas camadas superiores de criação e promoção dos documentos para que assim possa direcionar seus interesses de cima para baixo (Tarlau e Moeller, 2020).

Na Universidade de Yale, em 2015, a Fundação Lemann organizou um seminário convidando diversos atores ligados às secretarias de educação, universidade e ambientes de pesquisa no Brasil, com todas as despesas pagas pela fundação. Um dos nomes que foram para o evento é o de Eduardo Deschamps, ex-secretário de educação de Santa Catarina, que saiu do seminário como um dos maiores promotores da BNCC (Tarlau e Moeller, 2020). Posteriormente, Deschamps se tornou presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e, em 2016, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE). Um dos maiores implementos do seminário de Yale foi a discussão do *common core*.

O *common core*, que é um modelo de unificação de currículo dos Estados Unidos. Entre as palestrantes do evento promovido em Yale, estavam os nomes de Susan Pimentel, a “garota-propaganda” do programa e Alissa Peltzman, representante da ONG Achieve. Pimentel foi a pessoa responsável por vender as benesses do *common core* para os governos estaduais e Peltzman era figura central na Achieve, principal organização na redação e promoção do modelo. A Achieve recebeu aportes financeiros gigantescos da Fundação Gates (Schneider, 2015).

Quando identificamos que a relação entre o Movimento pela Base e a Fundação Lemann é significativamente parecido com a entre a Achieve e a Fundação Gates, podemos compreender que o seminário serviu como espécie de modelo a ser adotado e implementado no Brasil. A volta desse evento energizou o Movimento pela

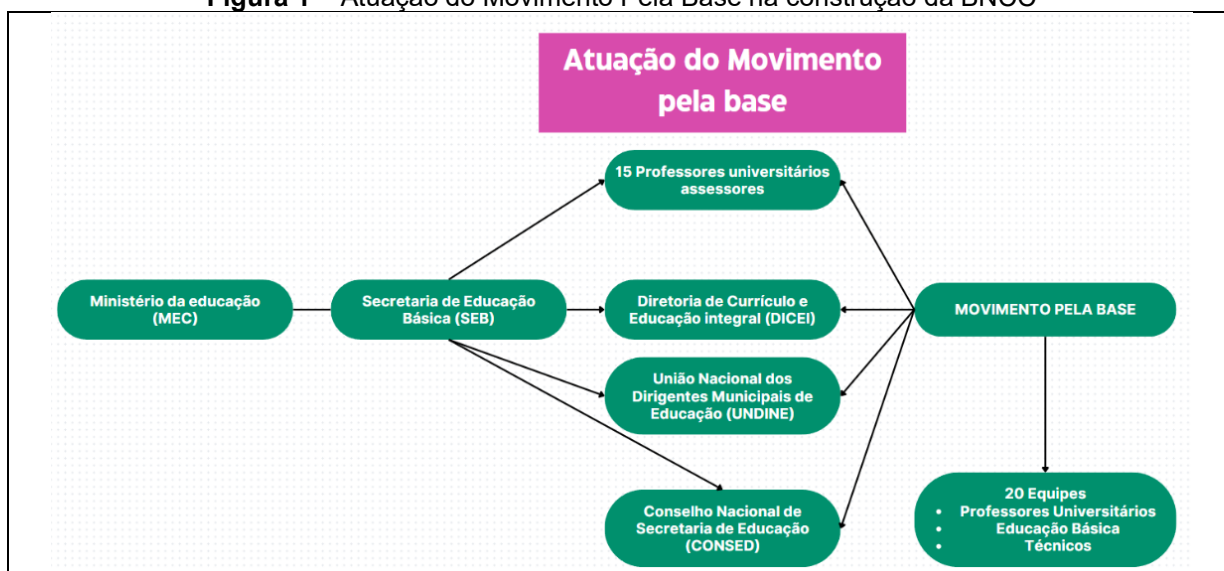
Base, aderindo novas forças, em especial nas secretarias estaduais de educação, ao seu corpo.

Os “movimentos” que circundam a Fundação Lemann e a criação da BNCC são mecanismos de pulverização de representação que criam a falsa percepção de que o desejo pelos objetivos propostos no documento é de diferentes setores da sociedade civil, quando, na verdade, o próprio uso do termo “movimento” já registra uma dessas intenções de ocultação dos atores. Movimento cria a percepção que é uma mobilização de massa, quando, na verdade, falamos de poucos indivíduos que estão alinhados pelo mesmo resultado: a redação de uma BNCC com apetrechos neoliberais, padronização de modelos de avaliações e um ensino com moldes técnicos. Quando apontamos esse tecnicismo não falamos no sentido do ensino técnico, mas da prática docente sendo interpretada como tal, como se a relação professor-aluno fosse passível de ser colocada sobre um prisma mecanicista de reprodução *ad infinitum*, sem a leitura precisa do conjunto de imprevisibilidades, particularidades e subjetividades do ambiente. Imaginar que o mesmo método (ou técnica) pode ser aplicado em escolas com aportes financeiros e estruturas de equipamentos de ponta e em outras instituições de ensino, onde mal existem ferramentas para utilização docente, é, no mínimo, leviano. E quando, através desses modelos homogeneizantes, os resultados das escolas precarizadas falharem, a culpabilização não tenderá a recair sobre o método, mas sobre o profissional, que será culpado por não aplicar o modelo de maneira efetiva.

Sobre a atuação desses movimentos, existe a articulação de forças que se direcionam a criar os mecanismos de consenso para que sua implementação se torne legítima(da). O Movimento pela Base atuou em quatro frentes principais, junto a Secretaria de Educação Básica (SEB). A primeira dessas frentes foi através do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), com seus representantes que já eram parceiros desde o encontro de Yale; a segunda dessas frentes, se realizava na figura da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDINE); a terceira frente tinha como representação a Diretoria de Currículo e Educação Integral (DICEI) e, finalmente, uma quarta frente composta de 15 professores universitários que eram assessores e atuavam tanto no Movimento pela Base, quanto na SEB, que era subordinada ao MEC (Tarlau e Moeller, 2020)

Além disso, o movimento incutia seus interesses nas discussões que eram pautadas por professores universitários, professores e profissionais da educação básica e técnicos da educação. Essa capacidade de atuação ampla e em diferentes fronts só foi possível pela infiltração dos interesses do movimento nesses diferentes segmentos que pertencem aos domínios da educação pública. Esse esquema foi exposto por uma professora, que não era exatamente contrária ao método.

Figura 1 – Atuação do Movimento Pela Base na construção da BNCC



Fonte: Tarlau e Moeller (2020, p. 577). Adaptado pelos autores (2026).

O avanço do N.E.M.

Como dito acima o NEM representa um problema para os grupos que orquestraram a construção da BNCC, muito mais pela sua forma de implementação do que por ser algo contrário aos interesses de tais grupos. O NEM, ao ser parido por uma MP, mutilou a possibilidade de ter um consenso projetado sobre si. O NEM, se articula em uma dimensão mais robusta e de macroescala que a própria BNCC, ele está relacionado a uma série de reformas no mundo do trabalho, que, por sua vez, se interliga diretamente a escola.

O advento do NEM e da BNCC articulou-se com a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), a implantação do teto de gastos (EC 95/2016), a terceirização para atividades fins (Lei 13.429/2017) e a reforma da previdência (EC 103/2019), que fizeram parte de um amplo esforço de frações da classe

dominante no sentido de configurar novas formas de regulação sobre o trabalho, através da retirada de direitos trabalhistas e sociais (Lima e Zanelatto, 2023).

Olhando por esse prisma, de maior dimensão, compreendemos que as mudanças estruturais na educação cumprem papel de ser um dos segmentos reordenados durante o governo de Michel Temer, governo esse estritamente ligado a setores do mercado. Ele se desloca do papel comum da educação, de formação pública, universal, inclusiva e de formação cidadã, para cumprir apenas o aprimoramento técnico dos seus formandos para endereçá-los a um mercado de trabalho tecnicizado, de baixos salários e poucas seguridades. Curiosamente, a flexibilização do currículo ocorre ao mesmo momento em que nos deparamos com uma flexibilização das leis e relações trabalhistas. Mas por que exatamente existe essa unificação de interesses?

Um dos primeiros movimentos dessas mudanças, no âmbito escolar, é a subtração hierárquica de disciplinas relacionadas ao ato contemplativo e fenomenológico do ser - filosofia, artes e sociologia. Atrelado a tal feito, existe uma unificação transnacional de interesses privatizantes e de desmonte de políticas sociais.

Para Lima e Zanelatto (2023), o NEM caracteriza muito mais uma mudança do mundo do trabalho e de suas relações que somente uma reforma da educação. Quem realiza esse dano no espectro educacional é a BNCC, que, por sua vez, acaba encorpando não só as mudanças presentes no NEM, como fortalecendo as prerrogativas de todas as mudanças desse aglomerado: terceirização das atividades fins, teto de gastos e reforma trabalhista.

Entendemos que a forma de implementação do NEM não foi realizada sobre os moldes consagrados pelo consenso por filantropia, o que pode ter gerado complicações e debates entre os grupos interessados em reformas na educação brasileira e, com a noção de que não haverá uma reversão da MP, eles recebiam um sinal verde sobre essa nova frente.

No “Guia de Itinerários Formativos” (2022), documento criado pelo Movimento pela Base, que conta como parceiros o instituto Reúna, o Itaú Educação e Trabalho, o Instituto Natura, o Instituto Sonho Grande e a Fundação Telefônica Vivo, vemos uma série de eixos de proposição que vão desde a explicação de como funcionam os

itinerários formativos, até argumentos para a modificação dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP's) das escolas. O documento conta com a consultoria de profissionais ligados à Secretaria de Educação de Sergipe, Acre, Pernambuco, Paraná, Paraíba, Mato Grosso do Sul, do CONSED e do Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação.

Portanto, acreditamos que ocorreu uma virada de perspectiva da Fundação Lemann em relação à implementação do NEM. O primeiro momento foi de ressalvas sobre sua validação, ou não, pela opinião popular e pelos profissionais de educação, em especial por conta da ausência de debate e consulta desses profissionais durante a implementação da reforma. Porém, com o passar do tempo, se formou uma espécie de aceitação sobre o modelo, apenas então, a Fundação Lemann e seus parceiros se associaram à reforma e começaram a encorpar seus materiais e discussões.

Parceiros repetidos, figurinhas carimbadas

Ao analisar os itinerários formativos ofertados nessa mudança promovida pelo NEM, nos deparamos com alguns novos-velhos nomes: Vivo-Telefônica, Ifood, Unibanco, Itaú, Grupo Lemann. A Vivo-Telefônica estampa a possibilidade de vender itinerários formativos para escolas com interesse de implementar segmentos técnico-profissionais de ciências de dados, linguagem matemática, além de material para disciplinas como o famigerado “projeto de vida”. O Ifood, empresa a qual Lemann fez grandes investimentos, fala sobre seu projeto de STEAM (Science, Technology, Engineering, Maths and Arts) na Secretaria de Educação de São Paulo (Fundação Vivo-Telefônica, 2025; Catini, 2023; Ifood, 2023).

Essas empresas, fundações, institutos, etc., agem em conjunto para uniformizar as táticas de emprego de seus interesses, isso atrelado a outros representantes, como o Movimento Pela Base, o Movimento Todos Pela Educação — chamado de MEC da sociedade civil (Mantovani, 2022) — e as fundações de “formação de lideranças” como a Fundação Estudar e o Centro Lemann.

Existe também uma base epistemológica de atuação, que se direciona ao chão da sala de aula, por uma série de produtos educacionais que buscam criar metodologias salvadoras, tornar o processo da construção de conhecimentos um

espaço da espetacularização, transformar o professor em espécie de técnico da inventividade. Quando chamamos de produtos, nomenclaturamos de tal maneira, pois servem mais a mercantilização da educação do que como ferramentas interessadas em auxiliar os professores a lidar melhor com as tensões de sala de aula. Temos como exemplo disso, além dos manuais, guias e documentos de incentivo à implantação dos ordenamentos construídos por essas instituições, livros que servem como manuais técnicos da docência, como em Lemov (2011; 2022).

Ocorre um alinhamento de representantes e forças que coadunam e inserem os valores de mercado na educação pública e, principalmente, nas suas ambiências de tomada de decisão. A Fundação Lemann e seus parceiros não se mobilizam pela simples criação de espaços privatizados na educação básica, mas pela capacidade de se fazerem presentes na criação dos documentos educacionais e nas políticas públicas da educação. Sua validação tende a ser realizada por essa introjeção, que se calcifica nas paredes das secretarias estaduais, do MEC, de algumas universidades, de eventos acadêmicos, etc. até que não haja um estranhamento de sua presença em tais ambientes.

O consenso por filantropia foi fundamental para a construção da BNCC, em especial em falsear o debate público, já que, como relatado por uma das entrevistadas no trabalho de Tarlau e Moeller (2020), a base já chegava redigida para as consultas públicas. Diferente disso, foi a implementação do NEM, mas isso não impediu que essas fundações e instituições começassem a operar nos itinerários formativos do mesmo, assim que a poeira da insatisfação sobre a reforma baixasse

Os atores até mesmo parecem ser os mesmos, empresas que tem, em sua atuação primordial, têm pouca ou nenhuma relação direta com a educação, mas que, através do dinheiro que injetam nela, parecem ter um verdadeiro apreço pela formação do alunado em um mundo digital, coisa que vemos, não é espécie alguma de altruísmo filantrópico, mas parte de uma série de desestruturações do mundo do trabalho e da educação brasileira.

Conclusão

É possível identificar uma tendência de atuação das fundações e instituições que circundam as esferas públicas da educação, tendo a Fundação Lemann como centralidade no caso brasileiro. Esse método de tateamento das possibilidades, seja pela construção de consenso, ao se infiltrar e fixar nas paredes dos ambientes educacionais, seja por medidas ríspidas que acabam sendo aceitas, demonstram que elas são uma realidade do plano de fundo na educação básica do Brasil.

Essa infiltração de interesses acaba nublando os sentidos emancipatórios da educação e facilitando o avanço privatista e neoliberal. Porém, a atuação feita pela Fundação Lemann não é de mera e objetiva privatização, é de estar na liderança durante a criação das reformas e mudanças na educação, construindo uma psicoesfera educacional em favor de suas vontades. A fundação acaba por atuar como um braço que efetiva as reformas neoliberais recentes no âmbito educacional. A BNCC e o NEM, associados a reforma trabalhista, a terceirização de atividades fim e uma série de desestruturações do mundo do trabalho servem para alinhar a legislação e os serviços públicos às vontades do mercado, naturalizando a precarização crescente.

As mudanças da esfera educacional têm operado com o objetivo de aliviar as tensões criadas pelas mudanças do mundo do trabalho, incorporando a austeridade como necessidade e criando uma educação técnica e objetivista, que pouco se propõe a superar as barreiras da sociabilização capitalista e neoliberal. Pelo contrário, o que podemos evidenciar é um enrijecimento de barreiras epistemológicas, que criam uma subalternização da educação ao capital, tornando-a mero instrumento de formação em função do mercado. É necessário que tomemos posição crítica a tais investidas e seus representantes para que tais avanços do capitalismo não signifiquem retrocessos irreversíveis à educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2022.
- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71 - 96, 2010. Disponível em: <http://https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2026.
- BISHOP, M.; GREEN, M. **Philantrocapiasm**: How the rich can save the world. New York: Bloomsbury Press, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular é aprovada no CNE e segue para homologação do ministro da Educação. **Ministério da Educação**. 15 de nov. de 2017. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/58541-base-nacional-comum-curricular-e-aprovada-no-cne-e-segue-para-homologacao-do-ministro-da-educacao>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- CATINI, C. A estratégia empresarial na reforma do ensino médio. **A terra é redonda**. 28 de março de 2023. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-estrategia-empresarial-na-reforma-do-ensino-medio/#_edn25. Acesso em: 7 jul. 2025.
- EXAME. Programa que Tabata Amaral participou dá bolsas de até 90% nas melhores universidades do mundo. **Exame**. 2023. Disponível em: <https://exame.com/carreira/tabata-amaral-bolsas-melhores-universidades-do-mundo/>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- FARIAS, G. Veja quem são os brasileiros mais ricos na lista de bilionários da Forbes. **CNN Money**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/veja-quem-sao-os-brasileiros-mais-ricos-na-lista-de-bilionarios-da-forbes/>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- FRAGA, É. BC aplica multas de R\$ 5 bilhões em casos de fraude cambial. **Folha de S. Paulo**, 16 de fev. de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u63499.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FUNDAÇÃO ESTUDAR. "A Tabata Amaral foi para Harvard". **Facebook**, 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/fundacaoestudar/posts/a-tabata-amaral-foi-para-harvard-university-com-o-sonho-de-mudar-o-brasil-trabal/2293579960660271/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FUNDAÇÃO VIVO-TELEFÔNICA. Ciência de dados [Itinerário formativo oferecido], **Vivo-Telefônica**. 2025. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/formacao-ciencia-de-dados-2/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IFOOD. Ifood investe em itinerário formativo de escolas de SP e SE. **Ifood**. 2023. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/noticias/ifood-investe-em-itinerario-formativo/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

INFOMONEY. Jorge Paulo Lemann: o sonhador que criou um império. **Infomoney Perfil**. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/jorge-paulo-lemann/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

INSTITUTO REÚNA. Guia de Itinerários Formativos. V. I. **Instituto Reúna**. 2022. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/07/guia-de-itinerarios-formativos-vol-i-v3.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

KONCHINSKI, V. Lemann e sócios estão R\$ 42 bilhões mais ricos desde fraude de R\$ 40 bilhões na Americanas. **Brasil de Fato**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/02/lemann-e-socios-estao-r-42-bilhoes-mais-ricos-desde-fraude-de-r-40-bilhoes-na-americanas/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

LEMOV, D. **Aula Nota 10 3.0: 63 Técnicas para Melhorar a Gestão da Sala de Aula**. São Paulo: Penso, 2022.

LEMOV, D. **Aula Nota 10: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência**. São Paulo: Fundação Lemann, 2011.

LGT PRIVATE BANKING; PHILANTHROPY INSIGHT. Guia voltado à filantropia estratégica: fazer o bem, bem. **LGT Private Banking**. 2023. Disponível em: <https://institutobeja.org/wp-content/uploads/2023/04/Guia-Filantropia.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

LIMA, R. da C.; ZANELATTO, J. H. Novo Ensino Médio e a educação profissional no Estado de Santa Catarina. **Scielo Preprints**, [S./l.], p. 1–23, 2024. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6256>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MANTOVANI, F. ONG foi 'MEC da sociedade civil' para retomada na pandemia.

Folha de S. Paulo. 14 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/09/ong-foi-mec-da-sociedade-civil-para-retomada-na-pandemia.shtml>. Acesso em: 6 jul. 2025.

MCGOEY, L.; THIEL, D.; WEST, R. Philantrocipitalismo and crimes of the powerful.

Politix, Paris, v. 1, n. 121, p. 29–54, 2018. Disponível em:

<http://https://shs.cairn.info/journal-politix-2018-1-page-29?lang=en>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PARTISANO, O. Jorge Paulo Lemann: self-made man por exploração. **Outras**

Mídias. 2 de março de 2021. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/jorge-paulo-lemann-self-made-man-por-exploracao/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Porto. Portucalense, 1971.

PRADO, C. O sonhador que criou um império. **Empreendedor**. 5 de outubro de

2022. Disponível em: <https://empreendedor.com.br/empreendedorismo/o-sonhador-que-criou-um-imperio/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SCHNEIDER, M. K. **Common core dilemma**: who owns our schools? New York: Teachers College Press, 2015.

SILVA, P. K.; OLIVEN, R. G. Filantrocipitalismo versus filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1–34, 2020. Disponível em:

<http://https://www.scielo.br/j/mana/a/Hg6X3JkGHTtwmgzTJwmQv8Q/?lang=pt>
Acesso em: 18 jul. 2025.

SIQUEIRA, S. M. M.; PEREIRA, F. **O materialismo histórico**. Salvador: UFBA, 2019.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem fronteiras**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 553–603, 2020. Disponível em:

<http://https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>
Acesso em: 25 jun. 2025.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (org.) **Um mapa da ideologia**. São Paulo: Contraponto, 2007. p. 7–39.